

O BARÃO DE MURIBECA E A POLÍTICA PERNAMBUCANA DO SÉCULO XIX

Marcos Fellipe Nascimento dos Santos
Graduando em História
Universidade Católica de Pernambuco
marcos.00000829929@unicap.br

RESUMO: Ao estudarmos a política do Brasil Imperial, alguns nomes nos chamam a atenção. Principalmente quando esses nomes se repetem várias vezes. Um exemplo disso, são as elites locais que dominavam a província de Pernambuco durante o século XIX. Diante disso, faz-se necessário estudar a importância dessas famílias, bem como suas ações na política oitocentista. Uma família que nos chamam a atenção é a Cavalcanti de Albuquerque, pois seus nomes já estavam em vários cargos do Império Brasileiro. E, a cada dia que passava, esses números só aumentavam. Por meio disto, o presente trabalho tem o objetivo de estudar essa família, em especial um de seus membros: Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Barão de Muribeca, e sua trajetória política ao longo do Império. Estudaremos a partir de periódicos encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cartas pessoais do Fundo Visconde de Camaragibe, acondicionadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e inventários post-mortem presentes, anteriormente, no IAHGP e, hoje, no Memorial de Justiça de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Barão de Muribeca; Política Oitocentista; Cavalcanti de Albuquerque.

INTRODUÇÃO

É extremamente curioso como uma família conseguia ocupar tantos cargos no Império Brasileiro. Segundo Marcus Carvalho (2008, p. 13), o único caso onde encontram-se três irmãos senadores do império é o da família Cavalcanti de Albuquerque.

Diante disso, é impossível deixar de estudar essa família “numerosa, antiga e rica”, como disse José Thomaz Nabuco de Araújo (1847, p. 4). Família essa, que com o passar dos anos alcançava os mais altos cargos e prestígios.

O objetivo desse trabalho é estudar os Cavalcanti de Albuquerque, em especial, o Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – O Barão de Muribeca – que, apesar de ser o irmão menos estudado e aquele que teve menor alcance na política, foi peça fundamental nos jogos políticos de seus irmãos, pois enquanto eles alcançavam os mais altos cargos do império, Manoel ficara em Pernambuco como Deputado Provincial e alicerçava os interesses pessoais da sua família. Isso ajuda-nos a entender como os Cavalcanti conseguiram se manter tão forte politicamente e economicamente durante o Império.

Desde a década de 1930, no Brasil, os jornais já aparecem com grave afirmação como fonte de informações para os historiadores. Até hoje, os periódicos são privilegiados nas investigações brasileiras. Mesmo que não tenhamos as coleções completas, desse instrumento, conseguimos vislumbrar um conjunto de textos em articulação com o tempo e as pessoas do Oitocentos brasileiro.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional tem facilitado as pesquisas dos investigadores do mundo inteiro, interessados nos processos políticos e sociais do Brasil. Organizados em um site, jornais brasileiros e estrangeiros estão disponíveis para pesquisa. Ou seja: mesmo de suas casas, os historiadores podem ter acesso aos mais diversos números do Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, Diário Novo, Echo da Religião e do Império, dentre outros.

Diante disto, procuraremos estudar a vida política do Barão de Muribeca, através dos periódicos encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cartas pessoais do Fundo Visconde de Camaragibe, acondicionadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e inventário o post-mortem da Baronesa de Muribeca, acondicionado, hoje, no Memorial de Justiça de Pernambuco. Trabalharemos com pesquisas feitas a partir do nome de batismo do Barão: Manoel Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque e o nome de sua esposa. Através dessa pesquisa, conseguiremos conhecer um pouco da vida de Manoel e sua trajetória ao longo do Império.

OS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE DE PERNAMBUCO

Os Cavalcanti de Albuquerque foram construindo seus poderes aos poucos. Desde o século XVI, quando se fundaram aqui em Pernambuco, seus membros galgavam espaços no poder, na maioria das vezes, através do enobrecimento. Porém, foram os filhos do capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna), que casou-se com Maria D. Maria Rita de Albuquerque Mello, que se destacaram no pleito dominaram a política imperial.

Foram eles: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[1], Antônio Francisco e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque[2], Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[3], Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[4] e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[5]. Esse último, considerado pelo Marquês do Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, não viveu o suficiente para nobilitar-se com os outros (CARVALHO, 2010).

O caminho traçado foi longo. Desde os dias do Brasil colônia de Portugal, os Cavalcanti queriam poder, mesmo que para conseguir um Foro ou Hábito de Ordem, se dissessem mais nobres e ricos do que realmente eram. Mas, isso não era um caso apenas Cavalcanti. Muita gente se justificava mais importante do que era. Mesmo com tudo isso, os Cavalcanti de Albuquerque chegavam ao Senado no final da década de 1830, fruto de um longo caminho em busca de espaços no poder. De acordo com Paulo Cadena (2013, p. 19), desde 1826 que os Cavalcanti ocupavam cadeiras na câmara dos Senadores como deputados. Com o Barão não foi diferente. Ele atingiu o cargo de Deputado provincial na primeira legislatura de 1835. E, apesar da oposição a essa família, os ditos “Cavalgados”, eles nunca saíram do poder e obtiveram muito prestígio ao longo dos anos.

[1] Primeiro Barão e Visconde com Grandeza de Suassuna, foi um proprietário rural, militar e político. Nasceu em 10 de junho de 1793.

[2] Foi um militar, político e proprietário rural. Nasceu em 21 de agosto de 1797.

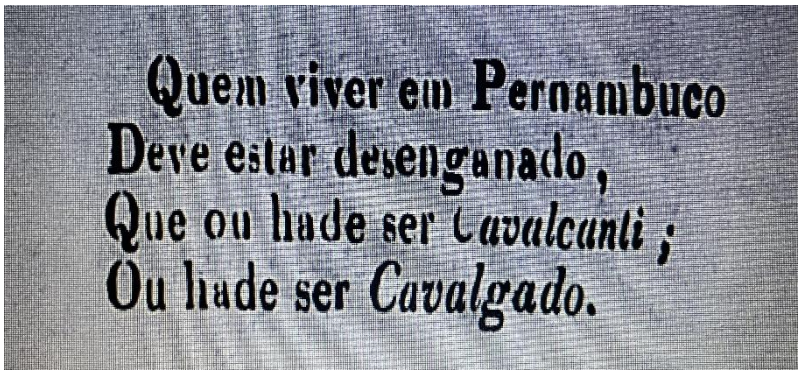
[3] Foi deputado provincial na primeira legislatura de 1835 e em diversas legislaturas, tendo ocupado o lugar de presidente da Assembleia. Também tomou assento na Câmara Municipal, como vereador. Nasceu em 12 de outubro de 1804.

[4] Nasceu em 19 de abril de 1806. Foi um professor e político brasileiro. Foi presidente da câmara dos deputados e senador do Império brasileiro, de 1869 a 1875.

[5] Foi bacharel em Direito, desembargador e político brasileiro. Nasceu em 19 de abril de 1799.

Havia uma quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que foi um advogado, jornalista, professor, poeta satírico e político. A quadrinha dizia assim: “Quem vive em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. Essa quadrinha representa bem o poder e o reconhecimento que os Cavalcanti de Albuquerque tinham naquela época. Representa a força e o magnitude da família em Pernambuco.

FIGURA 1 – Quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de C. Tavares



Fonte: Hemeroteca Digital. O Grito Nacional (RJ) – 1848 a 1858. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1846. Ed. 00093.

Eles dominaram efetivamente o cenário político pernambucano entre os anos de 1837 e 1844. Porém, a família elaborava estratégias desde o século XVIII, para atingir os mais altos postos. E assim conseguiram. De acordo com Taunay (1978, p. 160), somados aos parentes da Paraíba e Alagoas, aos aliados pernambucanos como Araújo Lima, Rego Barros, Maciel Monteiro e a Nabuco de Araújo (que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles), formavam uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX.

Durante o primeiro reinado, a política provincial seria comandada pelas mãos hábeis de Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda) e dos irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Albuquerque) e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Na família, ainda havia um quarto irmão: Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, porém ele só teria uma posição de

destaque no final da década de 1840. O irmão com menor alcance na política fora Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, futuro barão de Muribeca, que viria ser deputado provincial. (CADENA, 2013, P.15)

A família também estava diretamente ligada às questões das terras e do açúcar, já que muitos dos irmãos eram senhores de engenhos:

> "Que os Cavalcanti de Albuquerque estavam ligados à questão das terras e do açúcar, há os mais diversos indícios a crer em verdade, já que no fim do século XVIII, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque se colocava como um dos maiores produtores de açúcares da Capitania de Pernambuco, com três engenhos: Pantorra, Muguahipe e Suassuna. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seu filho, seguiria o ramo açucareiro com Pantorra, em algum momento, e Suassuna." (CADENA, 2013, p.18)

Também não podemos esquecer de mencionar e estudar a ligação dos Cavalcanti com o tráfico de escravizados. Já que, sabemos que naquela época, terra era sinal de poder, ou seja, as elites locais que dominavam a província de Pernambuco, eram, muitos deles, senhores de engenho que traficavam escravizados para trabalharem, muitas vezes, no plantio da cana de açúcar. Então, estudar política imperial também é estudar o tráfico de escravos e suas peculiaridades.

A Relação dos Cavalcanti de Albuquerque com o tráfico de escravizados pode ser notada neste trecho do livro de Marcus Carvalho (2010, p. 164):

> "Dessa confusão toda, restaram fortes indícios de que havia gente de algumas das famílias mais abastadas e aristocráticas envolvidas com o tráfico, inclusive o Barão (depois Visconde) de Camaragibe – um dos irmãos Cavalcanti, futuro Senador do Império – além de parentes do mártir praieiro Nunes Maxado, e membros da família do Chefe de Polícia praieiro." (CARVALHO, 2010, p.164)

Inclusive, o irmão do Visconde, Hollanda Cavalcanti, já havia traficado na África, na década de 1820 (CADENA, 2018).

Sabemos que naquela época, o tráfico de cativos era o meio mais lucrativo e Pernambuco não ficava de fora dessa. Durante o tráfico atlântico, Pernambuco recebeu cerca de novecentos mil indivíduos, ficando atrás do Rio de Janeiro, onde localizava-se a

Corte; e da Bahia, antiga sede do governo colonial. Recife se tornou, assim, a terceira capital imperial onde as diferentes marcas e falas dos africanos eram preponderantes (COSTA, 2013, p. 1).

TRAJETÓRIA POLÍTICA DO BARÃO DE MURIBECA

Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 12 de outubro de 1804, em Pernambuco. Filho de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna) e Maria Rita de Albuquerque Melo. Irmão de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Formou-se em Ciências Sociais, na Faculdade de Gottinghe, na Alemanha, tendo estudado antes em Coimbra. Era um agricultor opulento e muito inteligente, tendo concorrido para a introdução de melhoramentos na agricultura e em seus engenhos, de acordo com o Jornal do Recife.

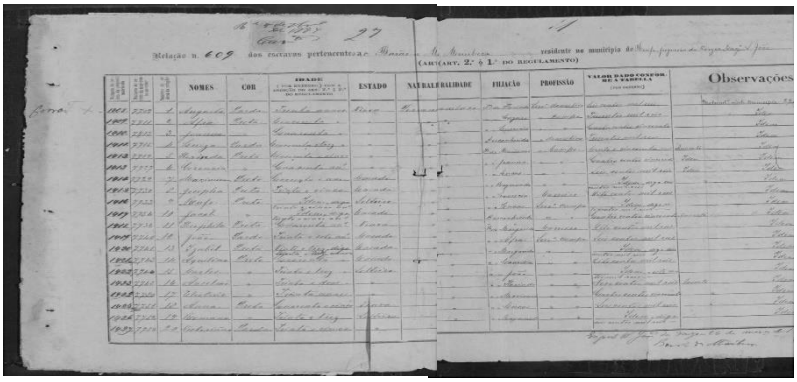
No antigo regime monárquico, militou nas fileiras do partido conservador, no qual gozava de extrema influência. Foi deputado provincial na primeira legislatura de 1835 em diversas legislaturas, tendo ocupado o lugar de presidente da Assembleia. Também tomou assento na Câmara Municipal, como Vereador. Em 1857, foi nomeado para preencher uma das vagas dos três diretores da caixa filial do Banco do Brasil, em Pernambuco, de acordo com o Novo e Completo Indice Chonologico da Historia do Brasil. Em 1855, ficou sendo o relator da comissão do voto de graças. Também teve assento na Assembleia Geral, em uma legislatura, na qualidade de suplente. Recebeu o título de barão de Muribeca em 14 de março de 1860. Foi Comendador da Real Ordem de Cristo de Portugal. Casou-se com sua prima Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque.

De acordo com o seu inventário (IAHGP, Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1887), a esposa do Barão de Muribeca era filha do Coronel Francisco do Rego Barros, proprietário rural e militar português do Brasil; filho de Maria Rita de Albuquerque e de Sebastião Antônio de Barros e Melo, e de sua esposa Maria Anna Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque. Era irmã de

Francisco do Rego Barros[6]. Havia mencionado anteriormente que a província de Pernambuco era governada por elites locais, pois bem, a família Rego Barros era uma delas.

O Inventário da baronesa indica um fortuna a qual a família detinha posse no valor de 336:325-496 (trezentos e trinta e seis contos trezentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reis). Tinha uma pluralidade de terras: Engenho São João, onde morava, Engenho Curado, Engenho Mussiapé, Engenho Ilha e Engenho Suassuna, além de movimentar, também, pedaços em outro Engenhos, como: Engenho São Cosme, Engenho São Marinho, Engenho Bartolomeo, Engenho Brum e Engenho São Paulo. O inventário também detém de uma listagem bem detalhada sobre os escravos que estavam em suas posses, contendo a numeração de 192 escravizados.

FIGURA 2 – Lista de Escravizados de Maria da Conceição.



Fonte: IAHGP, Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque

[6] Primeiro e único barão com grandeza, visconde com grandeza e conde da Boa Vista, nasceu em Pernambuco em 1802. Era primo dos Cavalcanti. Foi eleito deputado já na segunda legislatura (1830 – 1833). Foi presidente da Província de Pernambuco durante a Regência do Marquês de Olinda (1837 – 1840). Foi senador. Faleceu em 1870.

A lista de dívidas apresenta 26 nomes, dos quais dois são barões: Antônio dos Santos Pontual (Barão de Frexeiras) [7], sendo possível encontrar outros membros de sua família na lista, como sua mãe: Thereza Pontual, e Manuel José da Costa (Barão de Mercês), filho de Bento José da Costa, conhecido traficante de escravizados do oitocentos. Além de ser filho de bento José da Costa, Manuel, segundo o Diccionário Bibliographico Brazileiro v. VI (Blake, 1990, p.381-382), foi um "político, agricultor adiantado, comendador da Ordem de Christo e Rosa".

Maria da Conceição morreu em 27 de setembro de 1887, aos 90 anos de idade, no engenho S. João, na freguesia da Várzea. De acordo com o Jornal do Recife, seu cadáver foi depositado na capela do cemitério público. Como não havia herdeiros, pois seu único filho, Manoel Francisco Cavalcante de Albuquerque, havia morrido, pode dispor assim de todos os seus bens. Nomeou seus testamenteiros, em primeiro lugar o seu marido, Barão de Muribeca, em segundo lugar o Dr. Francisco do Rego Barros de Lacerda, senhor de engenho e político, e em terceiro lugar o Dr. Manoel de Barros Barreto.

Manoel Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (Barão de Muribeca), morreu aos 89 anos de idade, em 28 de Janeiro de 1894, em seu engenho São João, na freguesia da Várzea, vítima de uma gastrite. Seu corpo foi depositado na capela do cemitério público, assim como o da sua esposa. Deixou um testamento, no qual fez alguns legados e instituiu seus herdeiros ao Sr. Dr. Francisco do Rego Barros Lacerda e a Sra. D. Thereza Cavalcante de Barros Barreto, seus sobrinhos, já que não tinha filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo depois dos acontecimentos, Manoel ainda conseguia se manter forte dentro da Assembleia Provincial e articular seus objetivos. Ele continuava perseguindo os espaços de poder. Era uma peça fundamental para a sua família, não só por aquilo que ele fazia, mas pelo seu status social e seu poder dentro da política. Demostrou-se ser importantíssimo. Diante do que foi apresentado, concluímos que o Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque foi uma peça fundamental para o fortalecimento

[7] Primeiro e único barão de Frexeiras. Fazendeiro, militar, senhor de engenho, político e nobre brasileiro. O barão foi tanto chefe político de sua região, como patriarca de sua família, sendo responsável pela administração local e até pelo policiamento de Frexeiras.

político e econômico de sua família ao longo do Império. Mesmo não alcançando os mais altos cargos, conseguiu trabalhar muito bem como Deputado e tomar conta dos interesses de sua família aqui em Pernambuco. O Barão de Muribeca articulava os jogos políticos de sua família. Ele quitava dívidas, declarava os bens deixados, estabelecia relações e mostrava-se bastante importante nesse quebra-cabeça. "Devemos perceber na figura de Manoel Francisco aquele que fazia número, que tomava vagas dos adversários na Assembleia provincial: ele também era uma peça importante no jogo" (CADENA, 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia.* Recife: Typografia União, 1847.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti. Ou há de ser Cavalgado:* Trajetórias Políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844) Recife: UFPE, 2013.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O Vice-Rei:* Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX. Recife: UFPE, tese de doutorado, 2018.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Insurreição Praieira.* In: Almanack Brasiliense, nº8, novembro de 2008.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Cavalcantis e cavalgados:* a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: Revista Brasileira de História, volume. 18, nº 36.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade:* rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J.M. de. *Pernambuco e Brasil nas rotas do tráfico atlântico*. in: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. História e Historiografia: Perspectivas e abordagens. Recife: UFPE, 2014, pp. 239 – 262.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão:* ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro História e outros ensaios.* Lisboa: Difel, 1989, pp. 169 – 178.

GOMES, Amanda Barlavento. *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855).*

IMIZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: uma propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). Economía *Doméstica y redes sociales em el Antiguo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010.

MARSON, Izabel de Andrade. *Movimento praieiro* – Imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980.

MARTINS, Maria Fernanda. Os temos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores & Negociantes.* História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema:* a formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2017.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. *O Alufá Rufino* – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAUNAY, Affonso E. *O Senado no Império.* Brasília: Senado Federal, 1978.

QUINTAS, Amaro. Amaro Quintas – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011.